

ANEXO 5

VOLTAR

(NB-CBMDF_COMOP_GACOP /SEI-053-091183/2016-0802495)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24/2016

Estabelece a dinâmica de remanejamentos previamente planejados e temporários de militares que compõem as alas de serviço operacional no âmbito dos Comandos de Área do COMOP e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º A presente instrução normativa tem por finalidade estabelecer a dinâmica de remanejamentos previamente planejados e temporários de militares, para fins de composição do socorro operacional básico, conforme Matriz de Recursos Operacionais, dentro de um mesmo Comando de Área, diante de situações temporárias e determinadas em que se evidencie insuficiência do quantitativo de militares.

§ 1º Os remanejamentos tratados no *caput* restringem-se ao suprimento de demandas por falta de pessoal para a composição das guarnições do socorro básico estabelecida na Matriz Operacional constante do SEIOP(Sistema Eletrônico de Informação Operacional) entre unidades de um mesmo Comando de Área, em regra.

§ 2º O remanejamento tratado na presente Instrução Normativa não importa em alteração da lotação do militar remanejado.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art.2º Para a realização dos remanejamentos previamente planejados e temporários de pessoal no serviço operacional, para fins de adequação do quantitativo mínimo de militares para a composição do socorro básico para a prestação do serviço operacional do CBMDF, compete:

I- Aos Comandantes de Área, exclusivamente, entre os Grupamentos multiemprego do respectivo Comando de Área;

II- Ao Comandante Especializado, exclusivamente, entre os Grupamentos Especializados.

CAPÍTULO III

DA TEMPORARIEDADE

Art. 3º O remanejamento para fins de suprimento de falta de militares de que trata a presente norma terá sempre o caráter temporário, não alterando a lotação do militar movimentado e observará os seguintes preceitos:

I- O militar somente poderá ser movimentado pelas autoridades tratadas no artigo anterior, obedecendo seus limites de competência.

II- O remanejamento terá a frequência máxima de 7 (sete) serviços, com duração de 24 horas, consecutivos ou não, para cada militar, dentro de um período de 06 (seis) meses.

III- Os Comandos de Área deverão manter registro próprio para que a quantidade máxima de movimentações, por militar, dentro de um período de 6 (seis) meses não seja extrapolada;

IV- Os remanejamentos devem ser devidamente registrados no Escalador.

Art. 4º Os remanejamentos também poderão ocorrer entre militares que concorrem às escalas com duração de 12 horas e neste caso terá a frequência máxima de 10 (dez) serviços, com duração de 12 horas, consecutivos ou não, para cada militar, dentro de um período de 06 (seis) meses.

CAPITULO IV

IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS

Art.5º Os remanejamentos realizados nos termos do artigo 1º no âmbito do COMOP, deverão ser programados e devidamente desencadeados com a antecedência necessária a implementação do ato, fazendo cumprir as seguintes normas:

I- Os Comandantes das unidades, após o efetivo cumprimento das normas vigentes, deverão identificar as carências de pessoal decorrentes dos afastamentos obrigatórios e previsíveis, por meio do Escalador, e promover inicialmente os remanejamentos de militares entre as alas de serviço da própria unidade, com vistas ao suprimento das deficiências;

II- Após a realização dos remanejamentos entre as alas da própria unidade e persistindo a insuficiência de militares para o cumprimento adequado do serviço, o Comandante da Unidade deverá comunicar tal fato com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas ao respectivo Comandante de Área ou Especializado, que adotará as providências para o referido remanejamento dentre as unidades de sua área;

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º O militar que será remanejado deverá ser comunicado sobre a unidade de destino com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da assunção do serviço.

Art. 7º Os remanejamentos regulados na presente norma deverão seguir um padrão objetivo de revezamento, evitando-se direcionamento e pessoalidade na consecução do ato.

Art. 8º Permanece hígida a competência do Superior de Dia para os remanejamentos diários originários de demandas imprevisíveis ocorridas durante o serviço.

Art. 9º A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

VOLTAR